



A FERAESP mantém canal aberto aos empregados assalariados rurais do estado de São Paulo e sindicatos.
Viu ou vivenciou alguma irregularidade no ambiente de trabalho ?

Denuncie em nossos canais de comunicação:
feraesp@feraesp.org.br
WhatsApp: (14) 99873-9557 ou em seu Sindicato.

A federação e os sindicatos irão orienta-los(as).

Destaque

Siga as redes sociais da FERAESP



O fortalecimento das entidades sindicais é essencial para garantir direitos, ampliar conquistas e dar voz organizada aos trabalhadores(as)

A importância da eleição de Lula para os trabalhadores(as) brasileiras



A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), representa, uma escolha fundamental para o futuro dos trabalhadores e das trabalhadoras brasileiras. Mais do que uma disputa entre candidatos, trata-se de uma decisão sobre o modelo de sociedade que o Brasil pretende construir: um país que valorize o trabalho, distribua oportunidades, combata as desigualdades e garanta dignidade à população, ou uma sociedade em que os interesses econômicos prevaleçam sobre os direitos sociais.

SISTEMA DE ARRECADAÇÃO FERAESP

Sistema para emissão de guias sindicais para atender os sindicatos.

No qual, podem ser emitidas a Contribuição sindical, Confederativa, Assistencial e Mensalidade Social.

O sistema é gratuito para os sindicatos da categoria, através do site: www.feraesp.org.br no link "Sistema de geração de Guias".

Para maiores esclarecimentos contatar o setor de arrecadação, através do e-mail: tesouraria@feraesp.org.br ou pelo telefone (14) 3879-5198.



INFORMATIVO FERAESP

EXPEDIENTE: Órgão informativo mensal da FERAESP - Diretoria Executiva
Federação dos Empregados Rurais Assalariados no Estado de São Paulo.

CNPJ: 58.998.915/0001-18

Rua Azarias Leite, 16-30. Vila Mesquita - CEP: 17014-400. Bauru/SP

Telefone: (14) 3879-5198 - WhatsApp (14) 99873-9557 - E-mail: feraesp@feraesp.org.br

Área Técnica: Cristiano Augusto Galdino - Corecon - 35802/SP

As decisões tomadas pelo governo influenciam diretamente a vida da classe trabalhadora, afetando os salários, o emprego, o custo dos alimentos, o acesso à saúde e à educação, a aposentadoria e as condições de trabalho. Nesse sentido, a eleição de Lula, representa a possibilidade de dar continuidade a um projeto político que coloca a redução das desigualdades e a inclusão social entre suas prioridades.

Trabalho digno, renda e justiça social

A valorização dos salários e do poder de compra constitui uma das principais demandas dos trabalhadores brasileiros. O emprego precisa garantir condições dignas de vida, permitindo que as famílias tenham acesso à alimentação, à moradia, ao lazer e à cultura. A política de valorização do salário-mínimo, a geração de empregos formais e o fortalecimento das políticas de transferência de renda são instrumentos importantes para movimentar a economia e melhorar as condições de vida da população. Quando os trabalhadores recebem melhores salários, o dinheiro circula no comércio, nos pequenos negócios e nos municípios. Dessa forma, a valorização do trabalho representa não apenas uma questão de justiça social, mas também uma estratégia para estimular o desenvolvimento econômico. O crescimento do país não pode ser sustentado pela precarização do emprego e pela manutenção de milhões de pessoas em condições de vulnerabilidade. **O fim da escala 6x1, foi uma vitória dos trabalhadores no Governo Lula, o que poderia ser extinta em caso de vitória do extremista de direita, Flavio Bolsonaro(PL), que fugiu para os Estados Unidos.**

A importância para os assalariados e as assalariadas rurais

Para os assalariados e as assalariadas rurais, a eleição de Lula também possui importância estratégica. O agronegócio brasileiro movimenta uma parcela expressiva da economia nacional, mas o desenvolvimento do setor precisa ser acompanhado pela valorização dos assalariados(as). A produção de alimentos, a colheita da cana-de-açúcar, a atividade citrícola, a produção florestal e tantas outras atividades dependem diretamente do esforço diário de homens e mulheres que nem sempre recebem o reconhecimento correspondente à sua contribuição. Nesse contexto, torna-se fundamental fortalecer a fiscalização das condições de trabalho, combater o trabalho análogo à escravidão, enfrentar a informalidade, promover a saúde e a segurança no campo e ampliar o acesso à proteção previdenciária. Também é necessário assegurar igualdade de oportunidades e de remuneração, combater a discriminação e garantir que as mulheres assalariadas rurais, tenham seus direitos respeitados.

Um projeto nacional de desenvolvimento comprometido com a justiça social deve reconhecer que a riqueza produzida pelo agronegócio precisa beneficiar também aqueles que tornam essa produção possível. Os assalariados e as assalariadas rurais devem ter acesso a salários justos, condições dignas de trabalho, negociação coletiva fortalecida e respeito à organização sindical. O diálogo entre o poder público, os sindicatos e as organizações representativas dos trabalhadores são indispensáveis para alcançar esses objetivos. As entidades sindicais desempenham um papel democrático fundamental ao defender direitos, negociar melhores condições de trabalho e representar coletivamente aqueles que enfrentam relações de poder desiguais no mercado de trabalho.

Democracia, direitos sociais e o papel do Estado

A eleição de Lula também está relacionada à defesa da democracia e das instituições públicas. Os direitos trabalhistas, a previdência social, o Sistema Único de Saúde (SUS), a educação pública e as políticas de combate à pobreza constituem instrumentos essenciais para a redução das desigualdades e a ampliação das oportunidades. O crescimento econômico, isoladamente, não garante justiça social. É necessário discutir como a riqueza é distribuída, quem se beneficia das decisões econômicas e quais setores permanecem à margem do desenvolvimento. O Brasil precisa de uma economia forte, mas também de uma sociedade menos desigual, na qual os direitos não sejam privilégios de poucos.

Uma escolha sobre o futuro do Brasil

A eleição de Lula representa, portanto, a oportunidade de fortalecer um projeto de país comprometido com o trabalho digno, a inclusão social e a redução das desigualdades. Esse posicionamento não elimina a necessidade de avaliar criticamente as ações do governo, cobrar resultados e exigir transparência, responsabilidade e compromisso com os trabalhadores. A democracia, a negociação e a participação política são fundamentais para a construção de relações de trabalho mais justas. A eleição de Lula representa, a valorização do trabalho, a defesa dos direitos sociais e a construção de um Brasil que reconheça a contribuição dos trabalhadores.

O desenvolvimento de uma nação não deve ser medido apenas pelo tamanho de sua economia, mas também pela qualidade de vida de sua população. Um Brasil verdadeiramente desenvolvido é aquele em que quem trabalha tem direitos, dignidade, oportunidades e condições de construir um futuro melhor para si, para sua família e para as próximas gerações.

VIVA A DEMOCRACIA!



1. A correlação de forças no Congresso Nacional

O mandato presidencial que se inicia em 2027, deverá enfrentar um dos principais desafios da política brasileira: construir maiorias parlamentares em um Congresso Nacional com forte presença de partidos de direita e centro-direita. Para o governo Luiz Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores-PT), a dificuldade não estará apenas na oposição do Partido Liberal (PL), mas também na necessidade de negociar com partidos que possuem interesses econômicos, regionais e políticos distintos.

Na Câmara dos Deputados, o PL elegeu 121 dos 513 parlamentares, equivalentes a 23,6% das cadeiras. A federação PT-PCdoB-PV conquistou 88 vagas, das quais 70 pertencem ao PT. A Federação União Progressista, formada por União Brasil e PP, elegeu 87 deputados. PSD e Republicanos terão, respectivamente, 43 e 41 representantes.

No Senado Federal, a composição projetada para fevereiro de 2027 atribui ao PL 29 das 81 cadeiras, enquanto o PT deverá contar com 10 senadores. O MDB terá oito representantes e o PP, seis. A distribuição ainda está sujeita a alterações partidárias e decisões da Justiça Eleitoral.

Os números demonstram que o PL será a maior bancada individual nas duas Casas, mas não terá maioria absoluta sozinho. O principal risco para o Executivo está na possibilidade de articulação entre o PL e outros partidos em torno de pautas contrárias às prioridades governamentais. Por outro lado, a fragmentação partidária permite a construção de maiorias diferentes conforme o assunto em votação.

2. Os quóruns legislativos e os limites do governo

As regras constitucionais estabelecem diferentes exigências para a aprovação de propostas. Conhecer esses limites é fundamental para dimensionar os obstáculos enfrentados pelo Executivo.

Tipo de matéria	Câmara dos Deputados	Senado Federal
Lei ordinária	Maioria dos votos, observados o quórum de presença e as regras aplicáveis	Maioria dos votos, observados o quórum de presença e as regras aplicáveis
Lei complementar	257 votos favoráveis	41 votos favoráveis
Emenda à Constituição (PEC)	308 votos em dois turnos	49 votos em dois turnos

Fonte: Constituição Federal, especialmente os artigos 47 e 60. A maioria absoluta corresponde à metade mais um dos integrantes da respectiva Casa.

A principal dificuldade aparece nas propostas que exigem alteração constitucional. Para aprovar uma PEC, o governo precisa conquistar 308 votos na Câmara e 49 no Senado, em dois turnos de votação em cada Casa. A bancada do PT e seus aliados mais próximos estão distantes desses patamares, o que torna indispensável uma negociação ampliada.

Esse obstáculo é especialmente relevante para propostas estruturais, como mudanças constitucionais relacionadas à jornada de trabalho e outras medidas que dependam de alteração da Constituição. Projetos que envolvam interesses empresariais organizados, tributação ou aumento de despesas também poderão enfrentar resistência.

O Senado apresenta uma dificuldade adicional por suas atribuições constitucionais e pela capacidade de influenciar a tramitação legislativa, a apreciação de autoridades indicadas pelo Executivo e determinadas decisões fiscais e institucionais.

Entretanto, não é tecnicamente correto afirmar que o Congresso estará necessariamente contra o governo em todas as matérias. A posição dos parlamentares dependerá do conteúdo de cada projeto, dos interesses de suas bases eleitorais e das negociações estabelecidas durante a legislatura.

3. Estratégias para ampliar a capacidade de governar

1. Construir uma coalizão parlamentar baseada em compromissos programáticos.

O governo precisará negociar com partidos como MDB, PSD, União Brasil, PP e Republicanos, sem presumir apoio automático de suas bancadas. A estratégia deve identificar parlamentares favoráveis a cada pauta e estabelecer compromissos transparentes, com objetivos, prazos e responsabilidades definidos.

A distribuição de responsabilidades administrativas pode integrar a negociação política, desde que respeite critérios públicos, a legislação e os mecanismos de controle. A governabilidade sustentável depende de acordos institucionais, e não apenas da ocupação de cargos.

4. Organizar uma agenda legislativa por prioridades.

A concentração de esforços em propostas com maior possibilidade de aprovação pode produzir resultados concretos e fortalecer a posição negociadora do Executivo. Medidas de desenvolvimento regional, qualificação profissional, infraestrutura, saúde pública e simplificação administrativa podem abrir espaços para acordos mais amplos.

A agenda deve ser dividida entre propostas de curto prazo, medidas estruturais e iniciativas que exijam quórum constitucional qualificado. Essa organização permite direcionar recursos políticos e técnicos para cada votação, evitando dispersão de esforços.

5. Utilizar os instrumentos legislativos adequados.

Quando uma medida puder ser implementada por lei ordinária, sem alteração constitucional, esse caminho poderá ser menos exigente do que uma PEC. A escolha, contudo, depende da Constituição e da legislação aplicável: não é possível reduzir artificialmente o quórum de uma proposta que, juridicamente, exija emenda constitucional.

As medidas provisórias podem ser utilizadas em situações de relevância e urgência, conforme os requisitos constitucionais, mas também dependem de apreciação parlamentar. Não constituem, portanto, uma alternativa permanente à negociação com o Congresso.

6. Fortalecer a articulação com estados e municípios.

Investimentos em infraestrutura, habitação, saúde, educação e desenvolvimento regional podem criar interesses convergentes entre o governo federal, governadores, prefeitos e parlamentares de diferentes partidos.

A demonstração de benefícios concretos para a população de cada região pode ampliar a disposição para negociar. A execução orçamentária, porém, deve obedecer a critérios técnicos, transparência, fiscalização e responsabilidade fiscal.

7. Ampliar a participação dos sindicatos e dos movimentos sociais.

As organizações sindicais, as centrais de trabalhadores e as entidades representativas podem contribuir com estudos, mobilização social e diálogo permanente com os parlamentares. A pressão democrática organizada ajuda a tornar visíveis as consequências de cada decisão legislativa para a população.

Para os assalariados e as assalariadas rurais, essa atuação pode destacar a importância de medidas de valorização salarial, saúde e segurança, combate à informalidade, fortalecimento da negociação coletiva e redução da jornada de trabalho.

A mobilização social não substitui os votos necessários, mas pode influenciar a opinião pública, ampliar o custo político da rejeição de determinadas propostas e estimular parlamentares a apoiar medidas de interesse coletivo.

8. Conclusão: negociação institucional e defesa dos direitos sociais

A composição do Congresso Nacional a partir de 2027 impõe obstáculos relevantes à implementação do programa de Lula. A presença de 121 deputados e 29 senadores do PL, somada à força de outros partidos de direita e centro-direita, exige uma estratégia de governabilidade baseada na construção de maiorias variáveis e na negociação permanente.

Lula, precisará combinar capacidade de articulação política, qualidade técnica das propostas, responsabilidade fiscal e mobilização democrática. A definição de prioridades e a construção de acordos transparentes serão fundamentais para reduzir os riscos de derrotas legislativas e avançar em políticas públicas.

Para a agenda progressista, o desafio consiste em preservar os compromissos com a valorização do trabalho, a redução das desigualdades e a proteção social, mesmo diante de uma correlação de forças parlamentar desfavorável.

A governabilidade de Lula, dependerá da capacidade de transformar legitimidade eleitoral em apoio legislativo, construindo maiorias sem abandonar os objetivos de desenvolvimento com justiça social. A negociação institucional e a participação organizada da sociedade serão instrumentos essenciais para que as demandas dos trabalhadores encontrem espaço efetivo nas decisões nacionais.